



Anais da Assembléia

N.º 172

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 21 DE DEZEMBRO DE 1976.

ANO II

2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8ª LEGISLATURA

ATA DA 262ª SESSÃO ORDINÁRIA

(CONVOCAÇÃO EXTRAORDINÁRIA)

REALIZADA EM 21 DE DEZEMBRO DE 1976

TERÇA-FEIRA

Presidência do Senhor Deputado Paulo Camargo, secretariada pelos Senhores Deputados Maurício Fruet e Otássio Pereira.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Paulo Camargo, Gabriel Sampaio, Del Ciel, Maurício Fruet, Fidelcino Tolentino, Accioly Neto, Adalberto Daros, Alfredo Gulin, Antônio Facci, Aragão de Mattos Leão, Basílio Zanusso, David Federmann, Deni Schwartz, Domício Scaramella, Edilson Alencar, Egon Pudell, Ernesto Dal'Oglio, Ernesto Gnoato, Ezequias Losso, Fabiano Braga Cortes, Francisco Escorsin, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Jayme Rodrigues Carvalho, João Cioni Netto, Jorge Sato, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Lineu Turra, Lúcio Machado, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Carlos Zuk, Luiz Roberto Soares, Muggiati Filho, Nilso Sguarezi, Osvaldo Macedo, Otássio Pereira, Quielse Crisóstomo, Rosário Pitelli, Trajano Bastos, Valter Pietrângelo e Werner Wanderer (42); achando-se ausentes os Senhores Deputados Aguinaldo Pereira Lima, Leopoldo Jacomel, Dácio Leonel, Enéas Faria, Fuad Nacli, Hélio Manfrinato, Ivan Rüppel, Ivo Thomazoni, José Domingos Scarpelini, Waldenício Barbalho, Wilson Fortes e Nelson Buffara (12).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Camargo). — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

MENSAGEM:

MENSAGEM NÚMERO 168/76

Curitiba, 08 de dezembro de 1976.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de me dirigir a Vossa Excelência, para solicitar providências no sentido de que a proposição constante da Mensagem número 142/76, de 21 de outubro de 1976, seja incluída no rol das matérias a serem apreciadas por essa augusta Casa de Leis, no atual período de convocação extraordinária.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) JAYME CANET JÚNIOR

Governador do Estado

— À Comissão de Constituição e Justiça.

OFÍCIO:

Sob o número 024/76, do Senhor José Cláudio Pereira Neto, Presidente da União Paranaense dos Estudantes de primeiro e segundo graus, desta Capital, no qual comunica que nenhum membro desta Casa de Leis, no decorrer de um ano, estendeu seu apoio, mesmo moral, para que pudessem levar adiante as suas realizações. — Ao conhecimento da Casa.

EMENDA

EMENDA À CONSTITUIÇÃO

Art. 1º — O parágrafo 3º do Artigo 10, Capítulo VI da Constituição do Estado do Paraná, passa a ter a seguinte redação:

§ 3º — São condições de elegibilidade a Prefeito Municipal:

I — Ser Brasileiro.

II — Estar no Exercício dos Direitos políticos.

III — Ser maior de vinte e um anos.

§ 4º — O Vice-Prefeito considerar-se-á eleito com o Prefeito registrado conjuntamente.

Art. 2º — Acrescente-se um parágrafo ao referido artigo, seguinte redação:

§ 5º — São condições de elegibilidade a Vereadores às Câmaras Municipais:

I — Ser Brasileiro.

II — Estar no exercício dos Direitos políticos.

III — Ser eleitor.

Art. 3º — Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 20 de dezembro de 1976.

(aa) — Antônio Facci, Hélio Manfrinato, Jorge Sato, Nelson Buffara, Accioly Neto, Adalberto Daros, Gilberto Carvalho, Edilson Alencar, Francisco Escorsin, Lázaro Dumont, Lúcio Machado, Gabriel Sampaio, Trajano Bastos, Fidelcino Tolentino, Deni Schwartz, Ernesto Gnoato, Gabriel Manoel, Nilso Sguarezi.

JUSTIFICATIVA:

Visa o presente projeto de emenda à Constituição, extinguir do texto Constitucional a exigência de idade mínima de 21 (vinte e um) anos para que o eleitor possa candidatar-se a Vereador.

A fixação de idade superior a vinte e um (21) anos como condição de elegibilidade para Vereador às Câmaras Municipais de nosso Estado, contida no item III, § 3º — Art. 10 — Capítulo VI de nossa Constituição, socialmente, constitui afronta aos que compulsoriamente votam, mas não podem ser votados.

O "caput" do artigo 150 da Constituição Federal é de clareza meridiana "Art. 150 — SÃO INELEGÍVEIS OS INALISTÁVEIS".

Dá nosso entendimento, que o cidadão ao completar dezoito (18) anos, não apenas é alistável, como também está sujeito a penalidades, caso não o faça. Depreendemos, portanto, que está explícito no contido neste artigo, a viabilidade de candidaturas de pessoas, que, sendo eleitores, não tenham ainda 21 (vinte e um) anos de idade. Além do texto Constitucional referido, encontramos ainda, no parágrafo único do Artigo 3º da Lei 5782, de 06 de junho de 1972, autorização inequívoca, à que o cidadão ou cidadã que se encontre entre os 18 e 21 anos, possa disputar cargos eletivos aos órgãos Municipais, notem bem, a ampliação pela Lei citada, também a candidatos a Prefeitos e Vice-Prefeitos, senão vejamos:

Lei 578, de 06 de junho de 1976.

FIXA PRAZO PARA FILIAÇÃO PARTIDÁRIA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

— O Presidente da República ...

Faço saber ...

Art. 1º — Nas eleições ...

Art. 2º — Nas eleições ...

Art. 3º — Nas eleições Municipais, a se realizarem em 1972, o prazo previsto no artigo anterior fica reduzido a 3 (três) meses.

Parágrafo único — EM SE TRATANDO DE CANDIDATO DE ATÉ 21 (VINTE E UM) ANOS DE IDADE, O PRAZO PREVISTO NESTE ARTIGO SERÁ REDUZIDO À METADE.

É de notar-se que a Lei em questão, não apenas admite candidaturas na faixa etária de 18 a 21 anos, mas acima de tudo, oferece privilégios a quem nessa idade, pretenda iniciar-se na vida pública, reduzindo à metade, o prazo exigido para filiação partidária.

É de conhecimento público que em algumas Comarcas de nosso Estado, os Excelentíssimos Senhores Juizes Eleitorais, concedem registro de candidaturas de eleitores que não tenham 21 anos, resultando vários casos de vereadores eleitos que ainda não completaram a idade mínima fixada pela Constituição. Porém em outras Comarcas, que por denúncias oferecidas pelo Ministério Público ou mesmo impugnações provocadas pelo partido adversário, baseando no preceito Constitucional, grande número de jovens privados de iniciar-se na vida pública.

A moderna psicologia ensina hoje, que não há distinção entre um indivíduo de 18 e 21 anos, no que tange às atitudes de comportamento. Não se pode medir capacidade e maturidade com a idade física. Se fôssemos estabelecer uma idade, estaríamos pré-julgando quem ainda não se colocou em julgamento.

A nossa lei preceitua uma idade de 18 anos para se votar; negar-se o direito de ser votado torna-se incongruente. A vizinha Santa Catarina tem em sua Carta Magna Estadual a permissão de seus eleitores poderem votar em candidato ao Governo com uma idade mínima de 25 anos, enquanto permanecemos nos 35 anos. Precisamos ir mais além. Devemos mostrar que o jovem merece ter a confiança do voto para tal, se para isto tiver capacidade, não será a idade que irá diminuí-la, pois ela é inata e o tempo não a mudará.

Ninguém ignora, que a maioria de nossos homens públicos, iniciam a vida política, como vereador, nada mais justo portanto, que, quando se conclama a juventude a participar do esforço nacional para o desenvolvimento, e cobra-se dos jovens uma maior presença na solução dos problemas nacionais, extirpar-se do texto Constitucional a proibição de candidaturas a Vereador de jovens com menos de 21 anos.

É o primeiro passo. Sabemos que os jovens de 18 a 21 anos o dará com firmeza.

REQUERIMENTOS:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer após ouvido o Plenário, dispensa de publicação da Redação Final do Projeto de Lei número 59/76, e dos de Resolução números 267, 314, 363, 291, 322, 327, 352 a 361/76.

Sala das Sessões, em 21 de dezembro de 1976.

(a) WERNER WANDERER

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que abaixo subscreve, na forma regimental, após ouvir o douto Plenário, requer voto de pesar pelo passamento do Sr. Gaspar Moreno Molina, ocorrido no dia 19 do corrente mês, na cidade de Iporã, onde exercia com amor e dedicação suas atividades, sendo um dos fundadores de Iporã.

Comunique-se à família enlutada, que reside em Iporã, à rua Katsuo Nakata, número 2138.

Sala das Sessões, em 21 de dezembro de 1976.

(a) ERNESTO GNOATO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Na forma regimental o Deputado que o presente subs-

creve, requer com aprovação do Plenário, a transcrição na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, do editorial do jornal "Folha de Londrina", cuja publicação com o título: "HÁ QUEM NÃO QUEIRA PETRÓLEO BARATO", está na edição do dia 18 do corrente mês.

Numa época, Senhor Presidente, em que o planeta parece viver em insegurança e medo, exatamente porque, uma INVERSAO DE VALORES ameaça dominar amplamente as decisões governamentais do Globo e, a BUSCA DA VERDADE se torna à cada dia mais utópica; é fundamental registrar em nossa História Cívica os sinais que contém lampejos de verdade, como o Editorial em tela. Principalmente porque trata do assunto mais decisivo no equilíbrio e desenvolvimento econômico Nacional: POLÍTICA PETROLÍFERA.

A verdade, a coerência, o humanismo, Senhor Presidente, geralmente são ignorados nas grandes decisões econômicas-financeiras mundiais, que estendem os seus poderosos e invencíveis tentáculos sobre o mundo todo. É um dever reverenciar e registrar para a posteridade a atitude das raríssimas criaturas que têm a "ousadia" de ainda erguerem o VERBO DA VERDADE E DA JUSTIÇA em meio ao ódio e a cobiça.

O artigo ainda nos alerta para a reflexão do RACIONAMENTO DE COMBUSTÍVEIS, medida, que reputamos urgente e necessária para a economia e bem-estar do Brasil e dos Brasileiros.

Sala das Sessões, em 21 de dezembro de 1976.

(a) VALTER PIETRÂNGELO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, na forma regimental, requer a V. Exa. que após manifestação do Plenário, seja enviado expediente ao Exmo. Sr. Secretário da Agricultura, Doutor Paulo Carneiro Ribeiro, a propósito do que informa no Ofício número 1421/76-G, atendendo ao que foi requerido por este Deputado e aprovado pela Casa, em 03/11/76, que, "apenas dez (10) dias após o registro da ocorrência, os agricultores já tinham a sua disposição 80 (oitenta) sacas de feijão (Cr\$ 500,00 a saca) e 50 (cinquenta) sacas de sementes de milho (Cr\$ 155,00), depositados em mãos do Sr. Batista Cherobin, Presidente do Sindicato Rural de Palmeira, para repasse aos produtores prejudicados",

solicitando se digne informar quais os agricultores do município de Palmeira, atingidos pela chuva de granizo que receberam as sementes destinadas àquele município, bem assim as condições estabelecidas para pagamento, desde que são veiculadas notícias de que a providência não chegou aos lavradores atingidos pelo fenômeno.

Sala das Sessões, em 21 de dezembro de 1976.

(a) LINEU TURRA

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado Valter Pietrângelo, no uso de suas atribuições, requer após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Secretário de Educação e Cultura, solicitando providências no sentido de ampliação do prédio do Grupo Escolar "Alberico Marques da Silva", de Santa Isabel do Ivaí.

Sala das Sessões, em 21 de dezembro de 1976.

(a) VALTER PIETRÂNGELO

JUSTIFICATIVA:

O prédio onde funciona o Grupo Escolar "Alberico Marques da Silva", na sede do município de Santa Isabel do Ivaí foi inaugurado ainda no ano de 1969, com capacidade para abrigar a população estudantil do curso primário na época, quando o censo demográfico acusava naquela próspera comuna do Noroeste do Estado, um total de menos de 15.000 habi-

tantes.

Atualmente, esta cifra foi duplicada, ocorrendo ainda que o edifício abriga há vários anos os cursos da Escola Técnica Comercial Estadual "Padre Bernardo Reck" e os cursos da Escola Normal Colegial "Dr. Erasto Gaertner". É fácil deduzir, portanto, a insuficiência de suas instalações para abrigar tal contingente estudantil. Apenas duas salas de madeira foram anexadas ao prédio, em caráter precário para suprir suas necessidades. É justo que o ilustre Professor Francisco Borsari Neto, Secretário de Educação, atente, com carinho, para esta justa reivindicação da laboriosa gente de Santa Isabel do Ivaí.

PROJETO DE LEI:

PROJETO DE NÚMERO 151/76

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º — Fica declarado de utilidade pública, o "Clube da Amizade", com sede e foro na cidade de Maringá.

Art. 2º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 21 de dezembro de 1976.

(a) JORGE SATO

JUSTIFICATIVA:

A entidade que se pretende declarar de utilidade pública vem desenvolvendo uma das mais dignificantes e meritórias obras de assistência filantrópica no seio da comunidade de Maringá.

A documentação que anexamos ao presente, bem comprovam estarem preenchidos os requisitos essenciais exigidos pela legislação federal e estadual reguladora do instituto da declaração de utilidade pública.

Diante do exposto é que apresentamos o presente projeto de lei, que temos a certeza, contará com o apoio e a aprovação dos nobres Pares com assento nesta augusta Casa de Leis.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Camargo). — Está finda a leitura do expediente.

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Domício Scaramella.

O SR. DOMÍCIO SCARAMELLA — Sr. Presidente. (Lê):

"O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, com todo respeito, congratula-se com o povo da região de União da Vitória, pela criação da Diocese, consequentemente com a nomeação do novo Bispo D. DOMINGOS EBEJER.

Sua Santidade o Papa PAULO VI, ao nomear o primeiro Bispo da nova Diocese, coroou de êxito os anseios do povo de toda a região.

A felicidade está tomando conta do povo, continuando a ressoar nos corações, apontando para uma realidade que se coloca além das grandes conquistas; trabalho que devemos creditar a todos os senhores Vigários, cooperadores, autoridades e o povo em geral de todas as Paróquias da nova Diocese, e, muito especialmente ao grande timoneiro D. GERALDO PELANDA, Bispo Diocesano de Ponta Grossa, a quem enviamos reconhecimento da gratidão pela consciência, retidão no trabalho externo com que dirigiu e executou até o final da grande vitória.

Desejo saudar o novo Bispo D. DOMINGOS EBEJER, augurando que: ao levantar suas mãos para a primeira bênção ao seu novo rebanho, que se eleve a CRISTO para que se abram as portas da felicidade, a fim de que sua nova missão seja repleta de paz, amor, grandes realizações e fecundo episcopado.

Requer, ainda, seja dado ciência ao novo Bispo e a Sua Santidade PAPA PAULO VI, DOM GERALDO PELANDA, BISPO GERAL DE PONTA GROSSA.

Sala das Sessões, em 21 de dezembro de 1976"

Era só, Sr. Presidente e Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Camargo). — A Mesa consulta à Liderança do MDB, se usará o tempo que lhe é reservado.

— (PAUSA). — (DECLINA). — A Mesa consulta a Vice-Liderança da ARENA se usará do horário que lhe é reservado. — (DECLINA).

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 42 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, Emenda à Constituição do Estado do Paraná, de autoria do Sr. Deputado Antônio Facci, devidamente apoiada. Publique-se no Diário da Assembléia, em avulso, para elucidação dos Srs. Deputados.

Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Jorge Sato, constante do expediente. Necessita de apoio. — APOIADO. — Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei número 02/76, objetivando dar nova redação à Lei número 6517, de 02 de janeiro de 1974, que dispõe sobre a Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba. — APROVADO.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei número 106/76, para abertura de crédito especial de Cr\$ 2.115.840,00 (dois milhões, cento e quinze mil, oitocentos e quarenta cruzeiros), destinado a atender despesas de pessoal contratado pela Consolidação das Leis Trabalhistas, conforme especifica. — APROVADO.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei número 147/76, objetivando dar nova redação ao "caput" do Artigo oitavo, da Lei número 6364, de 29/12/72, (LEI ORGÂNICA DO ICM). — APROVADO.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução número 290/76, que aprova o Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado, através da Secretaria de Segurança Pública e o município de MANOEL RIBAS, objetivando o fornecimento de equipamentos para a DELEGACIA DE POLÍCIA local, mediante aplicação de dotações e de verbas que especifica. — APROVADO.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução número 313/76, que aprova o Termo de Re-ratificação ao Convênio celebrado entre o Governo do Estado e o município de LOANDA, objetivando execução de obras de combate à erosão urbana no referido município. — APROVADO.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução número 315/76, que aprova o Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado, através da Secretaria do Interior e o município de UMUARAMA, objetivando execução de obras de controle à erosão urbana no referido município. — APROVADO.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução número 316/76, que aprova o Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado, através da Secretaria do Interior, e o município de ASTORGA, objetivando execução de obras de controle à erosão urbana, na sede do referido município. — APROVADO.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução número 317/76, que aprova o Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado, através da Secretaria do Interior e o município de CRUZEIRO DO OESTE, objetivando execução de obras de combate à erosão urbana, naquele município. — APROVADO.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução número 318/76, que aprova o Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado, através da Secretaria do Interior e o município de GOIOERÊ, objetivando execução de obras de combate à erosão

urbana, na sede do referido município. — APROVADO.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução número 319/76, que aprova o Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado, através da Secretaria da Administração e o município de SANTA CRUZ DO MONTE CASTELO, objetivando execução de reparos em próprios estaduais. — APROVADO.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução número 320/76, que aprova o Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado, através da Secretaria da Administração e o município de CORNÉLIO PROCÓPIO, objetivando execução de reparos nos prédios onde funcionam Diversos Estabelecimentos de Ensino, na sede do referido município. — APROVADO.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução número 321/76, que aprova o Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado, através da Secretaria da Administração e o município de BANDEIRANTES, objetivando execução de reparos em próprios estaduais. — APROVADO.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução número 323/76, que aprova o Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado, através da Secretaria de Segurança Pública e da EMO-PAR, e o município de MOREIRA SALES, objetivando a construção de prédio destinado à Delegacia de Polícia e Cadeia Pública, na sede do referido município. — APROVADO.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução número 324/76, que aprova o Termo Aditivo ao Convênio celebrado entre o Governo do Estado, através das Secretarias de Segurança Pública e do Interior e o município de JAPURÁ, objetivando a construção de prédio destinado à Delegacia de Polícia e Cadeia Pública, na sede do referido município. — APROVADO.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução número 326/76, que aprova o Termo Aditivo ao Convênio celebrado entre o Governo do Estado, através da Secretaria de Segurança Pública e o município de FLÓRIDA, objetivando a construção de prédio destinado à Delegacia de Polícia e Cadeia Pública, na sede do referido município. — APROVADO.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução número 328/76, que aprova o Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado, através da Secretaria de Segurança Pública e da EMO-PAR, e o município de PAISSANDU, objetivando construção de prédio destinado à Delegacia de Polícia e Cadeia Pública, na sede do referido município. — APROVADO.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução número 329/76, que aprova o Termo Aditivo ao Convênio celebrado entre o Governo do Estado, através da Secretaria de Segurança Pública e o município de Bom Sucesso, objetivando construção de prédio destinado à Delegacia de Polícia e Cadeia Pública, na sede do referido município. — APROVADO.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução número 330/76, que aprova o Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado, através da Secretaria da Administração e o município de GUARACI, objetivando execução de reparos nos prédios onde funcionam Diversas Unidades Escolares, da sede do referido município. — APROVADO.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução número 331/76, que aprova o Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado, através da Secretaria da Administração e o município de NOVA AURORA, objetivando execução de reparos nos prédios onde funcionam Diversas Unidades Escolares, da sede do

referido município. — APROVADO.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução número 332/76, que aprova o Convênio celebrado entre o Governo do Estado, através da Secretaria da Administração e o município de TERRA RICA, objetivando execução de reparos em próprios Estaduais naquele município. — APROVADO.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução número 333/76, que aprova o Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado, através da Secretaria da Administração e o município de PLANALTINA DO PARANÁ, objetivando a execução de reparos no prédio onde funciona o GRUPO ESCOLAR ARTHUR DA COSTA E SILVA, da sede do referido município. — APROVADO.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução número 334/76, que aprova o Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado, através da Secretaria da Administração e o município de FOZ DO IGUAÇU, objetivando a execução de reparos no prédio onde funciona o GRUPO ESCOLAR PERCILIANA LOBATO DE ALVORADA DO SUL, da sede do referido município. — APROVADO.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução número 335/76, que aprova o Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado, através da Secretaria da Administração e o município de PATO BRANCO, objetivando a execução de reparos em prédios de Diversos Estabelecimentos de Ensino, da sede do referido município. — APROVADO.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução número 336/76, que aprova o Convênio celebrado entre o Governo do Estado, através da Secretaria da Administração e o município de APUCARANA, objetivando a execução de reparos em próprios Estaduais naquele município. — APROVADO.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução número 337/76, que aprova o Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado, através da Secretaria da Administração e o município de MIRADOR, objetivando a execução de reparos no prédio onde funciona o GINÁSIO ESTADUAL DE MIRADOR, da sede do referido município. — APROVADO.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução número 338/76, que aprova o Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado, através da Secretaria da Administração e o município de FAXINAL, objetivando a execução de reparos no prédio onde funciona o GINÁSIO ESTADUAL PAULO PIMENTEL, da sede do referido município. — APROVADO.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução número 339/76, que aprova o Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado, através da Secretaria da Administração e o município de TIBAGI, objetivando a execução de reparos no prédio onde funciona a ESCOLA PARA MENORES, da sede do referido município. — APROVADO.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução número 340/76, que aprova o Convênio celebrado entre o Governo do Estado, através da Secretaria da Administração e o município de SERTANÓPOLIS, objetivando execução de reparos em próprios Estaduais naquele município. — APROVADO.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução número 341/76, que aprova o Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado e o município de RANCHO ALEGRE, objetivando a execução de obras de combate à erosão urbana na sede do refe-

rido município. — APROVADO.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução número 342/76, que aprova o Termo de Re-ratificação ao Convênio celebrado entre o Governo do Estado e o município de PARANACITY, objetivando execução de obras de combate à erosão urbana, na sede do referido município. — APROVADO.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução número 343/76, que aprova o Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado, através da Secretaria de Segurança Pública, e o município de SANTA HELENA, objetivando construção de prédio destinado à Delegacia de Polícia e Cadeia Pública, na sede do referido município. — APROVADO.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução número 345/76, que aprova o Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado e o município de CENTENÁRIO DO SUL, objetivando execução de obras de combate à erosão urbana, na sede do referido município. — APROVADO.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução número 346/76, que aprova o Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado e o município de SANTO ANTÔNIO DO CAIUÁ, objetivando execução de obras de combate à erosão urbana, na sede do referido município. — APROVADO.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução número 347/76, que aprova o Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado e o município de IGUARAÇU, objetivando execução de obras de combate à erosão urbana, na sede do referido município. — APROVADO.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução número 348/76, que aprova o Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná com a Secretaria de Planejamento da Presidência da República, o Ministério dos Transportes e o município de CURITIBA, com interveniência da Secretaria Executiva da Comissão Nacional de Regiões Metropolitanas e Política Urbana e da Empresa Brasileira dos Transportes Urbanos, objetivando execução de etapas constantes do Programa de Investimentos Urbanos na Região Metropolitana de Curitiba. — APROVADO.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução número 349/76, que aprova o Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado e o município de TAMBOARA, objetivando a execução de obras de combate à erosão urbana, na sede do referido município. — APROVADO.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução número 350/76, que aprova o Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado, através da Secretaria do Interior e o município de CIDADE GAÚCHA, objetivando execução de obras de combate à erosão urbana na sede do referido município. — APROVADO.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução número 351/76, que aprova o Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado e o município de SANTO INÁCIO, objetivando a execução de obras de combate à erosão urbana na sede do referido município. — APROVADO.

TERCEIRA DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 291/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição número 392/76, Mensagem número 125/76, do Poder Executivo, que aprova Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado, através da Secretaria de Segurança Pública e o município de GUAIRAÇÁ, objetivando a realização e melhoria dos serviços locais de trânsito. Pareceres FAVORÁ-

VEIS da CCJ., CF., CP., e CRH., por unanimidade. — APROVADO.

TERCEIRA DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 322/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição número 383/76, Mensagem número 116/76, do Poder Executivo, que aprova Convênio celebrado entre o Governo do Estado e o município de FOZ DO IGUAÇU, objetivando implantação de serviços de segurança contra incêndio e a prestação de socorros públicos na área do referido município. Pareceres FAVORÁVEIS da CCJ., CF., e CP., por unanimidade. — APROVADO.

TERCEIRA DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 327/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição número 403/76, Mensagem número 133/76, do Poder Executivo, que aprova Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado, através da Secretaria de Segurança Pública e o município de MARMELEIRO, objetivando fornecimento de equipamentos para a Delegacia de Polícia local, mediante aplicação de dotações do FUNRESPOL e verbas do orçamento do referido município. Pareceres FAVORÁVEIS da CCJ., CF., e CP., por unanimidade. — APROVADO.

TERCEIRA DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 352/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição número 450/76, Mensagem número 152/76, do Poder Executivo, que aprova Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado e o município de INDIANÓPOLIS, objetivando a execução de obras de combate à erosão urbana, na sede do referido município. Pareceres FAVORÁVEIS da CCJ., por maioria, e da CF., e COPTC., por unanimidade. — APROVADO.

TERCEIRA DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 353/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição número 463/76, Mensagem número 162/76, do Poder Executivo, que aprova Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado, através da Secretaria do Interior, a Superintendência do Controle da Erosão no Paraná — SUCEPAR e o município de DIAMANTE DO NORTE, objetivando a execução de obras de combate à erosão urbana, na sede do referido município. Pareceres FAVORÁVEIS da CCJ., por maioria, e da CF., e COPTC., por unanimidade. — APROVADO.

TERCEIRA DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 354/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição número 456/76, Mensagem número 155/76, do Poder Executivo, que aprova Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado, através da Secretaria de Segurança Pública e da EMOPAR e o município de SÃO MATEUS DO SUL, objetivando execução de serviços complementares no prédio destinado à terceira SUB-DIVISÃO POLICIAL sediada no referido município. Pareceres FAVORÁVEIS da CCJ., por maioria, e da CF., e COPTC., por unanimidade. — APROVADO.

TERCEIRA DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 355/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição número 457/76, Mensagem número 156/76, do Poder Executivo, que aprova Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado e o município de TERRA BOA, objetivando a execução de obras de combate à erosão urbana, na sede do referido município. Pareceres FAVORÁVEIS da CCJ., por maioria, e da CF., e COPTC., por unanimidade. — APROVADO.

TERCEIRA DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 356/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça,

ex-Proposição número 458/76, Mensagem número 157/76, do Poder Executivo, que aprova Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado e o município de GUARACI, objetivando a execução de obras de combate à erosão urbana, na sede do referido município. Pareceres FAVORÁVEIS da CCJ., por maioria e da CF., e COPTC., por unanimidade. — APROVADO.

TERCEIRA DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 357/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição número 459/76, Mensagem número 158/76, do Poder Executivo, que aprova Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado e o município de QUERÊNCIA DO NORTE, objetivando a execução de obras de combate à erosão urbana, na sede do referido município. Pareceres FAVORÁVEIS da CCJ., por maioria, e da CF., e COPTC., por unanimidade. — APROVADO.

TERCEIRA DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 358/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição número 460/76, Mensagem número 159/76, do Poder Executivo, que aprova Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado e o município de TERRA RICA, objetivando a execução de obras de combate à erosão urbana, na sede do referido município. Pareceres FAVORÁVEIS da CCJ., por maioria, e da CF., e COPTC., por unanimidade. — APROVADO.

TERCEIRA DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 359/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição número 462/76, Mensagem número 161/76, do Poder Executivo, que aprova Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado e o município de SÃO JOÃO DO CAUÁ, objetivando a execução de obras de combate à erosão urbana, na sede do referido município. Pareceres FAVORÁVEIS da CCJ., CF., e COPTC., por unanimidade. — APROVADO.

TERCEIRA DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 360/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição número 464/76, Mensagem número 163/76, do Poder Executivo, que aprova Termo de Convênio celebrado pelo Estado por intermédio da Secretaria do Interior, através da SUCEPAR e a Prefeitura de PÉROLA, objetivando a execução de obras de controle à erosão urbana, na sede do referido município. Pareceres FAVORÁVEIS da CCJ., CF., e COPTC., por unanimidade. — APROVADO.

TERCEIRA DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 361/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição número 465/76, Mensagem número 164/76, do Poder Executivo, que aprova Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado e o município de SÃO PEDRO DO PARANÁ, objetivando a execução de obras de combate à erosão urbana, na sede do referido município. Pareceres FAVORÁVEIS da CCJ., por maioria, e da CF., e COPTC., por unanimidade. — APROVADO.

O SR. PRESIDENTE (PAULO CAMARGO) — Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Werner Wanderer, constante do expediente, solicitando dispensa de publicação da redação final de diversos projetos de lei e de resolução. — APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ernesto Gnoato, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Gaspar Moreno Molina, ocorrido na cidade de Iporã. — APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Valter Pie-

trângelo, constante do expediente, solicitando seja encaminhado expediente ao Sr. Secretário da Educação e Cultura, encarecendo providências no sentido de ampliação do prédio do Grupo Escolar "Alberico Marques da Silva", da cidade de Santa Isabel do Ivaí. — APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Domício Scaramella, lido da tribuna, solicitando voto de congratulações pela criação da Diocese de União da Vitória, conseqüentemente com a nomeação do novo Bispo D. Domingos Ebejer. — APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Valter Pie-trângelo, constante do expediente, solicitando a transcrição nos Anais da Casa, do editorial intitulado "Há quem não queira Petróleo barato", publicado no jornal "Folha de Londrina". — APROVADO. (O Editorial acha-se publicado no final desta Ata)

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Lineu Turra, constante do expediente, solicitando seja encaminhado pedido de informações ao Sr. Secretário da Agricultura, sobre o fornecimento de sementes a agricultores do município de Palmeira, atingidos pela chuva de granizo. — APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Lázaro Dumont, constante do expediente de sessão anterior, com sua discussão adiada, solicitando seja encaminhado expediente ao Sr. Ministro da Previdência e Assistência Social, no sentido de que seja alterado o Decreto número 77514/76, que regulamenta a Lei 6260. — Em discussão.

O SR. LÚCIO MACHADO — Peço a palavra para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (PAULO CAMARGO) — Tem a palavra V. Exa. para discutir.

O SR. LÚCIO MACHADO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O eminente Deputado Lázaro Dumont, após brilhante justificativa no conteúdo do seu pronunciamento, pede que seja encaminhado à S. Exa. o Sr. Dr. Luiz Gonzaga do Nascimento e Silva, Ministro da Previdência e Assistência Social, requerimento solicitando alteração do Decreto 77514/76, que regulamenta a Lei número 6260, referente à Legislação Agrária do País.

Sem entrar no mérito do requerimento, sem verificar em profundidade, o fato requerido, teríamos que, nesta oportunidade, analisar o crime que cometem contra o produtor da grande riqueza nacional, que é o agricultor brasileiro, instrumentando através de meios legisferantes, a tributação deste produtor que é o mais onerado da Nação brasileira; se nós observarmos o lavrador hoje, ele paga o imposto territorial-rural, paga o FUNRURAL, paga o sindicato, o seu organismo de classe, e paga, Sr. Presidente, Srs. Deputados, na maioria dos municípios do Paraná, tributação das Prefeituras por denominação de taxas de melhoramentos públicos.

Observei, nestes dias, em algumas cidades do interior, principalmente na minha cidade, o corre-corre do lavrador para atender o chamado oficial e recolher no mínimo, a taxa que se eleva a quase novecentos cruzeiros ao FUNRURAL. Além disso este lavrador, o de pequeno porte, aquele que com propriedade de áreas que não alcançam às vezes, dois alqueires de terra, tem que procurar o escritório de serviço, onde é onerado com uma taxa de cem, duzentos e até trezentos cruzeiros, dependendo do critério do proprietário deste escritório de prestação de serviços. Para poder regularizar perante o FUNRURAL e perante o ITR, verifica-se que, neste País, houve um açambarcamento violento da economia popular, e nem mesmo o lavrador, o produtor da riqueza nacional, escapou da sanha de um organograma montado por um governo que nunca sentiu a tristeza e o sofrimento daqueles que com famílias inteiras, e durante todo o tempo de sua existência, se dedicam ao trabalho constante da terra, enfrentando toda sorte de intempéries, enfrentando, acima de tudo, a sanha dos atravessadores que sempre avançam nas suas economias e às economias de sua família. E agora, nesse governo

que já onerou de forma tão violenta, este homem que trabalha e produz, estes milhões de brasileiros que estão produzindo nos quatro cantos desta Nação, aparece ainda um Decreto modificativo na movimentação de tributação do INCRA e, se aceito, o requerimento do nobre Deputado Lázaro Dumont, que está perfeitamente fundamentado, mas na nossa opinião, na opinião nossa, pessoal, o que deveria se requerer, era que se tornasse sem efeito este Decreto malsinado, que decreta mais imposição e mais violência à classe mais marginalizada desta Nação.

Vemos, Sr. Presidente, Srs. Deputados, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais que nada fez em favor desses trabalhadores, na constância deste últimos anos, a não ser receber a contribuição que, apesar de pequena, é muito grande para eles, sem dar-lhes assistência médica; sem dar-lhes assistência hospitalar; sem dar-lhes a assistência jurídica, sem dar-lhes qualquer proteção, que é a função precípua dos sindicatos, das representações de classe.

Este País é assim, Srs. Deputados.

É o País que se tornou verdadeiro "cassinão"; é o País que se tornou a terra do jogo e da libertinagem, do assalto à economia popular.

Aqui, neste País, se joga na Loteria Federal; se joga na Loteria Estadual; se joga na Boloteca; se joga "no bicho", apesar de ser contravenção penal, mas se joga "no bicho", com a proteção da polícia, como denunciou, há poucos dias, o ilustre Deputado Fidelcino Tolentino. Joga-se na famosa Loteria Esportiva que arranca a economia do povo, que arranca o pão de cada dia dos famintos filhos dos trabalhadores.

E aqui vemos um decreto governamental, trazendo uma imposição, das mais violentas, ao empobrecido homem da lavoura, trazendo pobreza a 120 milhões de brasileiros.

Até parece que o Governo não tem, sem si, a consciência nacional.

Votarei favorável ao requerimento de autoria do Sr. Deputado Lázaro Dumont. Mas, que conste dos Anais desta Casa que gostaria que esse requerimento fosse vazado no sentido de requerer, a quem de direito, que se retirasse esse decreto famigerado que vem trazer mais empobrecimento ao homem que abandona o campo porque não tem mais condições de nele permanecer e vai se acotovelar nas favelas das cidades grandes para poder subsistir, com sua família.

É essa falta de percepção, de legislar, de conduzir um País ao seu destino, e manter seu povo forte, com dignidade e com respeito, a fim de se evitar a degradação social que vemos com uma infinidade de menores abandonados; com pessoas às portas dos hospitais a espera de um atendimento.

Darei meu voto pela aprovação do requerimento.

Entretanto, Srs. Deputados, iremos aprovar o que devíamos pedir, de imediato, a sua desaprovação em respeito à classe mais laboriosa deste País.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (MAURÍCIO FRUET) — Continua em discussão. — Em votação.

O SR. GILBERTO CARVALHO — (Para encaminhar a votação).
Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Há alguns meses, quando foi baixado esse decreto, achamos que ele devia sofrer algumas modificações, por ter irregularidades. Preocupamo-nos quando é necessário corrigir alguma coisa, mas sabemos que a intenção do Governo é das melhores e não podemos de maneira nenhuma, concordar quando se diz que o trabalhador está sendo marginalizado. Sabemos que o Governo da Revolução sempre se preocupou, e muito, com o trabalhador rural. Sabemos nós que há 10 anos atrás, a mulher do trabalhador não tinha o privilégio de ir a um hospital para o nascimento de seu filho. Tinha que se socorrer das parteiras do interior, sem qualquer concurso, sem qualquer assistência. Vemos, hoje, a preocupação do Governo em poder atender a todos os municípios, dando atendimento ambulatorial, fazendo

convênios com os hospitais e com a criação do FUNRURAL em favor do trabalhador rural.

Procura o Governo aperfeiçoar ainda mais e muito precisa fazer em favor do trabalhador rural, do homem que traz o desenvolvimento a nosso País. Realmente, o Decreto necessita sofrer alterações e o eminente Deputado Lázaro Dumont apresenta requerimento procurando corrigir. Com satisfação, encaminhamos à votação dando nosso integral apoio à intenção desse Deputado, que é intenção de todos aqueles que conhecem os problemas do homem do campo que precisa ser melhor assistido. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (MAURÍCIO FRUET) — Em votação.

APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Valter Pietrângelo, constante do expediente de sessão anterior, com sua discussão adiada, solicitando a inserção nos Anais da Casa, de voto de louvor ao Xequê Ahmed Zaki Yamani, Ministro do Petróleo da Arábia Saudita. — Em discussão. — Encerrada a discussão. — Em votação.

O SR. GABRIEL SAMPAIO — (Para encaminhar a votação).

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Duas conotações: a primeira endereçada ao Deputado Valter Pietrângelo, dizendo que S. Exa. merece, como companheiro desta Assembléia, que disputa comigo na área política de Maringá, o maior respeito e admiração. Mas, independente dessa conotação, quero deixar bem clara a minha posição pessoal com relação a esse requerimento que ontem foi apresentado aqui.

Acho, sem entrarmos no mérito do requerimento, porque aí mereceria uma longa discussão a respeito, que extrapola a competência desta Assembléia um voto de louvor nestas condições. Muitas vezes já critiquei através da imprensa da minha cidade, votos de louvor semelhantes, feitos pelas Câmaras Municipais. Acho que o Poder Legislativo, tão prejudicado nas suas reais finalidades, desde há muitos anos, deixaria de preencher mais uma, que é o critério do bom senso, aprovando um voto de louvor que, repito, não entro no mérito, mas, com relação à forma, acho que é incompetente esta Casa Legislativa Estadual para manifestar o seu contentamento em relação à atitude tomada pelo Sr. Ministro do Petróleo da Arábia Saudita.

Pediria ao Deputado Valter Pietrângelo, em primeiro lugar, que estudasse a possibilidade de retirar esse requerimento e transformá-lo em sugestão, talvez, aos nossos nobres companheiros do Congresso Nacional, para que, lá no foro competente, manifestassem em nome do Brasil, em nome do Congresso Nacional, a satisfação pela atitude tomada por aquele ilustre Ministro da Arábia Saudita.

Em segundo lugar, se o nobre Deputado entender que não deve transformá-lo em sugestão, votarei contra o requerimento e peço aos nobres companheiros do MDB e da ARENA que votem contra, apesar de ter visto em sua justificativa longa, bem escrita e bem fundamentada, mas não compete a esta Assembléia tomar uma atitude deste quilate.

Agradeço, Sr. Presidente, Srs. Deputados, e formalizo as minhas desculpas ao Deputado Valter Pietrângelo porque a consideração rápida que faço não é com relação ao mérito do requerimento.

O SR. PRESIDENTE (MAURÍCIO FRUET) — Esta Presidência entende que no encaminhamento da votação o nobre Deputado Gabriel Sampaio levantou uma Questão de Ordem e esta Presidência responde nos seguintes termos:

Entendo que a inserção nos Anais da Casa de voto de louvor pode ser feita, no entanto, no meu entendimento o endereçamento ao homenageado desta inserção é que não tem condições de se realizar.

O SR. VALTER PIETRÂNGELO — (Para discutir). Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Agradeço, de antemão, os elogios do brilhante Deputado companheiro Gabriel Sampaio, mas nós íamos ponderar justa-

mente aquilo que V. Exa. disse, Sr. Presidente, ao responder a questão de ordem do eminente Deputado. Já que o Deputado Gabriel Sampaio declinou em discutir o mérito da proposição, nós também não o faremos.

É evidente que a única fórmula que encontramos para reverenciar o Ministro do Petróleo da Arábia Saudita em razão dos benefícios da sua atitude corajosa, foi esta. Além do mais, tenho a impressão que a Assembléia Legislativa do Paraná, é a única Casa de Leis do País que está em atividade em razão da convocação extraordinária proposta pelo Chefe do Executivo.

Temos várias razões para justificar o mérito da matéria. Temos, até, um editorial bastante interessante no conceituado jornal "Folha de Londrina", que hoje motivou o nosso requerimento para que esse editorial fosse inserido na Ata dos trabalhos desta sessão.

É evidente que a troca de correspondência nestes termos obedece uma legislação específica e ocorre justamente aquilo que o Sr. Presidente referiu.

Pretendemos que apenas conste em Ata esta disposição nossa, da Assembléia do Paraná, porque os benefícios para a economia nacional será, em razão da atitude tomada pelo Ministro do Petróleo da Arábia Saudita, da ordem de cinco bilhões de cruzeiros no ano de 1977.

Por isto, Sr. Presidente, faço um apelo aos meus companheiros para que permitam que a Assembléia Legislativa do Paraná, possa colocar em seus Anais a nossa homenagem, o nosso agradecimento porque é uma entidade fechada, é um clube privado a Organização dos Produtores, Exportadores de Petróleo.

E a autoridade que nós pretendemos reverenciar, foi classificada pela nossa imprensa como "a voz do Ocidente" naquela reunião.

Nós que tivemos um representante que defendeu, eu não sei e nem discuto as razões que motivaram isto. O que interessa é que quem defendeu a nossa economia, merece esta reverência. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE — (MAURÍCIO FRUET) Continua em discussão. Em votação. — APROVADO.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 22, quarta-feira, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL — dos Projetos de Lei números 59/76 e de Resolução 267, 291, 314, 322, 327, 352 a 361, e 363/76. Levanta-se a Sessão.

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SR. DEPUTADO VALTER PIETRÂNGELO, EM SESSÃO REALIZADA EM 21/12/76.

"HÁ QUEM NÃO QUEIRA PETRÓLEO BARATO"

Editorial

Na ciranda que se formou durante os debates relativos ao aumento no preço do petróleo, passou quase despercebida uma frase do representante da Arábia Saudita, Ahmad Zaki Yamani, na OPEP. Aquele País, como se sabe, lutou primeiro por um CONGELAMENTO NOS PREÇOS; DEPOIS INSISTIU NUM AUMENTO PEQUENO. E, afinal, rompeu com os demais países, quando se aprovou uma taxa elevada de aumento, deliberando fazer um preço à parte, menor, e informando que aumentaria sua produção. Além do mais, a Arábia Saudita é o maior produtor de petróleo do mundo e o que tem, igualmente, as maiores reservas conhecidas. Yamani, falando sobre os preços, afirmou que "O MUNDO NÃO SE INTERESSA POR UMA BAIXA NOS PREÇOS DO PETRÓLEO". Ora, diante do clima de quase intranquilidade que cercou a conferência da OPEP, com as preocupações manifestadas por destacados líderes, a afirmativa de Yamani parece deslocada. Mas não é. Porque

no caso do petróleo, como no bojo da grande maioria dos problemas mundiais, há coisas que não são ditas, porque não interessam, do mesmo modo como não se informa para evitar outras consequências.

Quando Yamani diz que uma baixa nos preços é inaceitável para "o mundo", ele se refere a algumas nações, como Estados Unidos, e Inglaterra, que estão jogando alto e forte por causa do preço atual do petróleo. E a matemática é simples: um barril de petróleo, atualmente, com toda a inflação mundial e com todos os problemas existentes, custa para os países do Oriente Médio, em torno de dois dólares. Este preço, que ainda era mais baixo há três anos, é que possibilitava os custos irrisórios com que o petróleo era cotado na bolsa mundial. A crise do petróleo marcou o despertar dos produtores. Descobriram eles que tinham nas mãos o mundo — ou a energia, o que dá quase no mesmo — e que não estavam tirando disto o proveito possível. Outro detalhe foi ainda mais importante: perceberam que o petróleo era findável e que suas reservas estavam se esgotando, e que se não aproveitassem agora, ficariam em pouco tempo sem nada. Então subiram os preços, a níveis irreais. E deflagraram a crise. Mas, como consequência, provocaram outra coisa: o petróleo barato desestimulava explorações caras. O petróleo a 11, 12 ou a 13 dólares o barril começa a tornar interessante a pesquisa no Mar do Norte, a construção de um oleoduto no Alasca e até a prospecção no Brasil. Porque nosso País, foi igualmente, vítima deste aparente ardil do petróleo barato. O petróleo brasileiro é uma incógnita. Temos ou não petróleo suficiente? A pesquisa cara, o trabalho difícil, de tal modo que um barril sairia a um preço 4 ou 5 vezes superior ao do mercado. MAS O BRASIL NÃO ENTRA NESTA LINHA DE RACIOCÍNIO, PORQUE FALTA AO PAÍS ESTRUTURA PARA SUPORTAR O PREÇO ESTABELECIDO PELOS PRODUTORES. Para o Brasil, ainda que isto continuasse a desestimular a lavra, prospecção e produção, interessaria um petróleo estrangeiro a 3 ou 4 dólares. Mas o petróleo do Mar do Norte, que a Inglaterra está explorando, custa cerca de 10 dólares o barril. E o petróleo do Alasca, que os norte-americanos vão explorar a partir do ano próximo, já com um potencial de dois milhões de barris, custa 9 dólares e oitenta centavos. Então, para Estados Unidos e Inglaterra, a mais de 11 dólares o barril, a exploração se torna possível, com lucro. Do mesmo modo como a utilização do chamado petróleo sintético, a partir de carvão mineral, um processo que leva o barril de petróleo produzido, igualmente, à casa dos 11 dólares.

Quanto ao fato de que o petróleo caro cria problemas, isto não é tão real assim, para países como Estados Unidos, Inglaterra e todas as demais nações desenvolvidas, inclusive o Japão, que importa praticamente todo o petróleo que consome. Os países industrializados devolvem O PREÇO ALTO NAS MERCADORIAS QUE VENDEM PARA OS PRODUTORES DE PETRÓLEO. E mais: GANHAM TAMBÉM NA VENDA DOS MESMOS PRODUTOS ÀS NAÇÕES NÃO DESENVOLVIDAS.

Estas sim, e só elas, é que pagam o preço do petróleo. E, também, das outras coisas que precisam comprar, encarecidas como consequência do aumento dos combustíveis. Dez por cento, 11 15 ou 20 não afetarão os grandes. Facilitarão até seu trabalho melhorando as condições para que explorem seu próprio petróleo e dando-lhes possibilidades de aumentar seu preço de venda de tudo quanto exportam. Resta a difícil luta dos outros, a maioria, que vai sofrer todos os efeitos do "aceitável" aumento da Arábia Saudita, ou do outro aumento dos demais membros da OPEP, que não têm petróleo para explorar, que vêem diminuindo suas condições de exportação e que vão pagar mais pelo mesmo produto, onerando balanças deficitárias e combatidas, num processo que pode conduzir os subdesenvolvidos a uma crônica e situação de pobreza e miséria.